OS DIREITOS LINGUÍSTICOS NA GALIZA / LINGUISTIC RIGHTS IN GALIZA

A MESA POLA NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA

A MESA POLA NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA

Rúa García Prieto, 7, 15706
Santiago de Compostela (A Coruña, España)
amesa@amesa.gal

www.amesa.gal

A Mesa pola Normalización Lingüística é uma entidade social independente, apolítica e apartidária, constituída em 1986 e da que formam parte arredor de 5000 sócias e sócios e que tem como objetivo a normalidade plena da língua galega. Neste sentido, a defesa do direito ao emprego do galego na Galiza em todas as situações e contextos é uma das suas principais linhas de atuação. Entendemos que o direito ao uso da língua própria não se pode desligar dos mais elementais direitos humanos, civis e democráticos.

A Mesa pola Normalización Lingüística is an independent, apolitical and non-partisan social entity. Founded in 1986, with about 5000 members, it aims for total normalcy for Galician language. Defending the right to use Galician in Galiza in all situations and contexts is one of our main lines of action. We believe that the right to use our own language cannot be untied from the most basic human, civil and democratic rights.

O galego é uma variedade linguística pertencente ao sistema galego-portugués, propia da Galiza e as comarcas limítrofes de Eu-Navia (Astúrias), O Berço, Seabra e as Portelas (Castela e León). A pressão social a favor da sua normalização conseguirá a declaração legal como língua própria e cooficial de Galiza no seu estatuto de autonomia (art 5).

Galician belongs to the Galician-Portuguese linguistic system. It is the own language of Galiza and the neighbouring Eo-Navia (Asturias), O Bierzo, Seabra and As Portelas (Castille and Leon). Social pressure achieved its legal declaration as own and co-official language in Galiza (art 5).

Os dados oficiais sinalam que pela primeira vez na história da Galiza o uso social do galego não é maioritário. Em 2023 só 48,2% da população galega usava sempre o galego face ao 61,2% de 2003.

Official data indicate that for the first time in the history of Galicia, the social use of Galician is not the majority. In 2023 only 48.2% of the Galician population always used Galician compared to 61.3% of 2003.

A perda de falantes tem relação direta com a exclusão do galego de importantes âmbitos da vida social, nomeadamente os que sinalamos neste informe:

a. Direito á educação e direitos da infância
   i. Ensino em galego e prevenção do acosso escolar
b. Direitos civis e políticos
   i. Justiça
   ii. Direito ao próprio nome
   iii. Liberdade de imprensa
c. Direitos económicos e sociais
   i. Administração e serviços públicos
   ii. Deturpação da toponímia
   iii. Forças e corpos de segurança do Estado
   iv. Audiovisual
   v. Concessões públicas de gestão privada
   vi. Economia e trabalho
   vii. Saúde

The loss of speakers is directly related to the exclusion of Galician from important areas of social life, namely those highlighted in this report:

the. Right to education and children's rights
I. Teaching in Galician and preventing bullying at school
b. Civil and political rights
   I. Justice
   ii. Right to one's own name
   iii. Freedom of the press
   w. Economic and social rights
   I. Public administration and services
   ii. Distortion of toponymy
   iii. State security forces and bodies
   iv. Audio-visual
   v. Public concessions for private management
   I saw. Economy and work
   vii. Health

As consequências das vulnerações dos direitos linguísticos dos e das galegofalantes só são mitigadas por serviços de consultas e queixas como A Linha do Galegogestionado pola Mesa pola Normalización Lingüística sem colaboração do governo estatal ou autonómico.

The consequences of the violations of rights of Galician speaking people are only alleviated by query and claim services such as A Liña do Galego, managed by A Mesa, without any collaboration from Galician or State governments.

A emergência linguistica na Galiza pode ser revertida com uma ação decidida da sociedade e dos poderes públicos.

The linguistic emergency in Galicia can be reversed with decisive action from society and public authorities.

Perante o informe sobre o galego apresentado no 29º exame periódico universal ao Conselho de Direitos Humanos da ONU
a. Apelamos á fraternidade dos países de língua portuguesa com a Galiza país originário da língua comum
b. "O teu nome como alento". Fraternidade com a língua comum na Galiza

Os alarmes sobre a continuidade do galego na Galiza, o melhor que os tugas nos levaram e disseminaram com o nome de português pelo mundo, está aqui em risco.

Agora, agora, agora, o que nos une por cima de fronteiras com países da África, do longínquo Timor ou do grande Brasil, está aqui ameaçado, precisamente no ninho da língua comum. Não queremos ser rareza ou arqueologia lírica do futuro. Queremos ser ainda presente de fraternidade convosco, a cantar o que nos une. Revigorai-nos de abraço, trabalhamos pela sobrevivência democrática da nossa identidade.

ASSINANTES

Inocência Mata (São Tomé)
Luiz Ruffato (Brasil)
Ana Paula Tavares (Angola)
Pepetela (Angola)
Paulina Chiziane (Moçambique)
Onésimo Teotónio de Almeida (Açores, Pt-USA)
Ondjaki (Angola)
Lídia Jorge (Portugal)
Michael Kegler (Alemanha)
Aline Frazão (Angola)
Germano Almeida (Cabo Verde)
Francisco Duarte Mangas (Portugal)
Odete Semedo (Guiné Bissau)
Rui Zink (Portugal)
Hélia Correia (Portugal)
Jaime Rocha (Portugal)
Yara Frateschi Vieira (Brasil)
Válter Hugo Mãe (Portugal)
Valéria Gil Condé (Brasil)
M. Jorge Marmelo (Portugal)
Mafalda Milhões (Portugal)
Otto Winck (Brasil)
Tarsilla Couto de Brito (Brasil)
Possidónio Cachapa (Portugal)
Marcus Salgado (Brasil)
António Corbacho Quintela (Gz-Br)

RECOMENDAÇOES

Direito á educação e direitos da infância

- Eliminar as restrições ao uso do galego do ensino na docência e material didático.
- Avançar para o galego ser a língua veicular da educação na Galiza
- Elaborar programas e protocolos de prevenção do acosso escolar por ração de língua

RECOMMENDATIONS

Right to education and childhood rights

- *Removing the restrictions on the use of Galician in teaching and teaching materials.*
- *Advancing for Galician to become the working language of Education in Galiza.*
- *Drafting programmes and protocols for the prevention of school bullying on grounds of language.*

Direitos civis e políticos

- Modificar a Lei Orgânica do Poder Judicial e a Lei 1/2000 de Ajuizamento Civil para garantir que os procedimentos se podem realizar nas línguas cooficiais a pedido de uma das partes.
- Garantir o conhecimento pelo funcionariado da língua própria do território
- Facilitar o uso da língua própria do território polo funcionariado, nomeadamente o da administração de Justiça.
- Eliminação dos obstáculos á atividade dos meios de comunicação em galego.

Civil and political rights

- *Amending the Judiciary Act and Civil Procedure Law 1/2000 in order to guarantee that procedures may be conducted in the co-official language at the request of one of the parties.*
- *Guaranteeing that the civil servants know the language of the territory where they provide their services.*
- *Enabling the use of the own language of the territory by civil servants, namely in the Administration of Justice.*
- *Removing obstacles to the activities of the media in Galician.*

Direitos económicos, sociais e culturais

- Eliminar as restrições ao uso das línguas cooficiais na administração pública e requerer conhecimento destas línguas para o acesso á função pública nestes territórios.
- Garantir o direito ao próprio nome e o uso e respeito pelas formas tradicionais de denominação do próprio território.
- Tomar medidas para a difusão dos direitos linguísticos e à liberdade de expresión nas forças de segurança.
- Dotar-se de mecanismos efetivos que permitam exercer o direito ao uso do galego no âmbito socio-económico.

Economic, social and cultural rights

- *Removing limitations on the use of co-official languages in public administration; requiring the knowledge of those languages for the access to public employment in those territories.*
- *Guaranteeing the right to one's own name, and the use and respect of the traditional forms for naming the territory.*
- *Taking measures for the awareness on linguistic rights and freedom of expression in the police forces.*
- *Using effective mechanisms allowing for the exercise of the right to use Galician in the socio-economical area.*

Direitos económicos, sociais e culturais

- Estabelecer os mecanismos para garantir oferta cultural e de lazer nas línguas próprias, nomeadamente no audiovisual.
- Garantir o direito ao uso e disposição da língua propria nos serviços de saúde.
- Estabelecer medidas concretas para impedir o acosso laboral por ração de língua.
- Atender de maneira adequada a vulneração de direitos linguístico.

Economic, social and cultural rights

- *Establishing mechanisms to guarantee a cultural and leisure offer in our own languages, particularly in the audiovisual sector.*
- *Guaranteeing the right to the use and the provision of our own language in the health services.*
- *Establishing specific measures to prevent labour harassment due to language.*
- *Appropriately handling linguistic rights violations.*

OS DIREITOS LINGUÍSTICOS NA GALIZA / LINGUISTIC RIGHTS IN GALIZA

A MESA POLA NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA

A MESA POLA NORMALIZACIÓN LINGÜÍSTICA

Rúa García Prieto, 7, 15706
Santiago de Compostela (A Coruña, España)
amesa@amesa.gal

www.amesa.gal